

**COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Brenda Lima Gomes

**CLÁUDIO LUIZ DA COSTA E A EDUCAÇÃO DE CEGOS
NO BRASIL:**

Uma análise de sua gestão no Imperial Instituto dos Meninos
Cegos (1856 - 1869)

Rio de Janeiro

2026



Brenda Lima Gomes

CLÁUDIO LUIZ DA COSTA E A EDUCAÇÃO DE CEGOS NO BRASIL:

Uma análise de sua gestão no Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1856 - 1869)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História, ofertado pela Pró-Reitoria de Ensino do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Dra. Shayenne Schneider Silva

Rio de Janeiro

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada por Suria Braga Alves (CRB7 nº6490),
bibliotecária do Colégio Pedro II, Campus Realengo II.

G633c

Gomes, Brenda Lima

Cláudio Luiz da Costa e a educação de cegos no Brasil: uma análise de sua gestão no Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1856 - 1869). / Brenda Lima Gomes. – Rio de Janeiro: [s.n.], 2026. 52p.

Orientador: Prof^a. Dra. Shayenne Schneider Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Colégio Pedro II, Course de Licenciatura em História.

1. Cegos - Educação - Brasil. 2. Pessoas com deficiência visual - Educação - Brasil. 3. Educação inclusiva - Brasil. 4. Professores de cegos - Formação - Brasil. 5. Prática de ensino – Brasil. I. Silva, Shayenne Schneider (Orientadora). II. Colégio Pedro II. III. Licenciatura em História. IV. Título

CDD 371.9110981

Brenda Lima Gomes

CLÁUDIO LUIZ DA COSTA E A EDUCAÇÃO DE CEGOS NO BRASIL:

Uma análise de sua gestão no Imperial Instituto dos Meninos Cegos(1856-1869)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História ofertado pela Pró-Reitoria de Ensino do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Aprovado em 13 de abril de 2026.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Shayenne Schneider Silva.

Instituição Colégio Pedro II

Orientador

Prof. Dr. Felipe Lameu dos Santos

Instituição Colégio Pedro II

Rio de Janeiro

2026

Para minha família e amigos, por acreditarem no meu voo, mesmo quando minhas asas estavam cansadas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus amigos de faculdade Andressa, Gabryel, Luiz Eduardo, Maria Fernanda e Yasmin. Vocês garantiram que minha vida acadêmica fosse leve, cheia de risadas e memórias especiais.

A cada professor do Pedro II, por estimularem-me a ser melhor, por compartilharem não apenas seu conhecimento, mas também suas vivências. Em especial ao Luís Rafael Araújo Corrêa, Leonardo Chermont Muniz de Sá, Letícia Sousa Campos da Silva e Felipe Lameu dos Santos.

À Prof. Dra. Shayenne Schneider Silva, pela disponibilidade, apoio e confiança durante a graduação.

Ao meu grupo de estudos, GEPHE - CP11, pelas trocas intelectuais e pelo apoio fundamental em cada etapa deste trabalho.

À Yasmin Barboza, minha amiga, que me amparou em momentos de angústia, e me ensinou o significado de amizade e de alma gêmea.

À Tatiane, minha irmã, que sempre esteve comigo e faz parte da minha essência. Em cada vitória minha, há um pedaço de você e do amor que nos une para além da vida.

Ao Johnny, meu primo, que celebrou minhas conquistas como se fossem suas. Obrigada pelos conselhos e por cada “puxão de orelha” acadêmico. Sua companhia foi essencial para minha chegada até aqui.

Ao meu pai, Sebastião, que pelas dificuldades da vida, não pôde completar os estudos, e sob muito sol, me fez chegar até aqui, na sombra.

À minha mãe, Maria, que sempre esteve comigo, acreditando, torcendo, e que nunca mediu esforços para minha educação.

Agradeço por fim, a todos que de algum modo fizeram parte dessa jornada.

Pesquisar é acordar para o mundo.
(Marcelo Lamy)

RESUMO

GOMES, Brenda Lima. **Cláudio Luiz da Costa e a Educação de Cegos no Brasil: Uma análise de sua gestão no Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1856-1869)**. 2026. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Pró-Reitoria de Ensino, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2026.

O presente trabalho analisa a gestão de Cláudio Luiz da Costa a frente do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (IIMC) durante o período de 1856 a 1869. Na posição de segundo diretor, Costa, médico e sujeito de influência no Império, assumiu o compromisso de administrar o educandário após a morte de José Francisco Xavier Sigaud, primeiro diretor e idealizador da instituição juntamente a José Álvares de Azevedo. A pesquisa observa como a formação médica de Costa e sua rede de sociabilidade influenciaram nas diretrizes administrativas, pedagógicas e higiênicas da instituição. Através do cruzamento de fontes primárias como Relatórios Ministeriais, a legislação imperial, correspondências e periódicos do século XIX, busca-se compreender os desafios de estruturação e o impacto de sua gestão na institucionalização da educação de cegos no Brasil oitocentista, explorando as inovações pedagógicas e culturais promovidas por Costa. Entende-se que a direção de Costa foi primordial para a consolidação administrativa do Instituto, sendo relevante no processo de reconhecimento da autonomia de indivíduos cegos no século XIX.

Palavras-chave: Cláudio Luiz da Costa; Imperial Instituto dos Meninos Cegos; História da Educação

ABSTRACT

GOMES, Brenda Lima. **Cláudio Luiz da Costa e a Educação de Cegos no Brasil: Uma análise de sua gestão no Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1856-1869).** 2026. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Pró-Reitoria de Ensino, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2026.

This study analyzes the administration of Cláudio Luiz da Costa at the head of the Imperial Institute for Blind Children (IIMC) between 1856 and 1869. As the second director, Costa—a physician and influential figure in the Brazilian Empire—assumed the commitment to manage the institution following the death of José Francisco Xavier Sigaud, its first director and founder alongside José Álvares de Azevedo. The research examines how Costa's medical background and social networks influenced the administrative, pedagogical, and hygienic guidelines of the institute. By cross-referencing primary sources such as Ministerial Reports, imperial legislation, correspondence, and 19th-century periodicals, the study seeks to understand the structural challenges and the impact of his administration on the institutionalization of education for the blind in 19th-century Brazil, exploring the pedagogical and cultural innovations promoted by Costa. The findings suggest that Costa's administration was pivotal for the Institute's consolidation and played a significant role in the historical process of recognizing the autonomy of blind individuals.

Keywords: Cláudio Luiz da Costa; Imperial Institute for Blind Children; History of Education

LISTA DE FIGURAS (ILUSTRAÇÕES)

Figura 1 - Capa e prefácio da obra *O Instituto dos Meninos Cegos de Pariz: sua história e seu methodo de ensino*. 22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de alunos em 1856	36
Tabela 2 – Quantitativo de alunos em 1859	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição das matérias ministradas no Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854

38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIM – Academia Imperial de Medicina

IBC – Instituto Benjamin Constant

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IIMC – Imperial Instituto dos Meninos Cegos

PcD – Pessoas com deficiência

PVD – Pessoas com deficiência visual

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO E A EDUCAÇÃO DE CEGOS NO BRASIL IMPÉRIO	17
2.1	A fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854)	20
2.2	A organização estrutural do Instituto	24
3.	CLÁUDIO LUIZ COSTA DE MÉDICO A DIRETOR	27
4	PELA DEDICAÇÃO E CARIDADE APONTAMENTOS DA DIREÇÃO DE CLÁUDIO LUIZ DA COSTA	31
4.1	A crise do prédio	31
4.2	A expansão do número de alunos	34
4.3	Entre novidades pedagógicas e a busca pela modernização	37
4.3.1	Currículo	38
4.3.2	Oficinas	39
4.3.3	Biblioteca	41
4.3.4	Banda	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

Ao abordar-se a história da educação de pessoas com deficiência visual (PDV) no Brasil, faz-se mister atravessar o Instituto Benjamin Constant (IBC), uma das principais referências na educação do público em questão. Fundada em 1854, sob a nomenclatura de Instituto Imperial dos Meninos Cegos (IIMC), a instituição foi a primeira da América Latina dedicada à instrução de pessoas com deficiência (PcD), sendo destinada exclusivamente à instrução de jovens com deficiência visual (Zeni, 1997).

No contexto histórico da educação de PDV, a literatura destaca o impacto e a relevância do IBC, de forma institucional, e de alguns de seus agentes institucionais - a exemplo de Benjamin Constant (Lemos, 1997) - abordando suas ações e contribuições. No entanto, há de se considerar que há outras figuras que parecem destoar dos exemplos citados previamente, ainda que tenham ocupado cargos significativos, o que viabiliza a inferência da existência de possíveis lacunas históricas.

Foi com essas lacunas que me deparei ao iniciar a pesquisa sobre Cláudio Luiz da Costa, médico e segundo diretor do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, cargo que ocupou de 1856 a 1869. Ao contrário de figuras como Benjamin Constant, amplamente referenciada¹, Cláudio Luiz da Costa parece permanecer à margem da historiografia, aparecendo apenas de forma tangencial em trabalhos voltados à história da instituição, como, por exemplo, nos trabalhos de Leão e Sofiato (2019), Zeni (1997, 2005), Jannuzzi (2004) entre outros.

A aparente escassez de estudos específicos sobre sua atuação revela um vão significativo, ou seja, não apenas faltam biografias ou análises detalhadas de sua gestão, como também são raras as fontes secundárias que o abordam com mais profundidade. Essa lacuna pode ser percebida no próprio domínio virtual da instituição, que contém apenas um breve resumo sobre a atuação de Costa, sem muitas referências, elucidando as lacunas existentes sobre o segundo diretor². Diante disso, foi necessário recorrer principalmente às fontes primárias disponíveis - sobretudo os periódicos da época - e a relatórios institucionais, além de teses e

¹Alguns exemplos de trabalhos, de diversas naturezas, que têm como foco a figura de Benjamin Constant: Lemos (1997; 1999, 2011), Da Silva (2018), Cartolano (1994), Falcão (2011).

²Cláudio Luiz da Costa. In: Instituto Benjamin Constant. Disponível em: <https://www.gov.br/ibc/pt-br/centrais-de-conteudos/projetos/memoria-ibc/memoria-institucional/paginas-ex-diretores-gerais/claudio-luiz-da-costa> Acesso em: 10. dez de 2025

dissertações que tratam, de modo mais amplo, da educação de cegos no Brasil oitocentista.

Este trabalho, portanto, não objetiva reconstituir uma biografia completa do sujeito, mas entende que sua atuação enquanto diretor do IIMC não pode estar separada de sua trajetória anterior. Por isso, busco também observar brevemente sua vida pregressa à direção, a exemplo de sua formação como médico e de sua participação em instituições científicas, além de traçar uma possível rede de sociabilidade construída durante o Império do Brasil. Esses elementos ajudam a entender e caracterizar qual sujeito ocupava a direção de uma instituição voltada ao atendimento de um grupo social considerado, à época, como objeto de caridade e reabilitação (Gondra; Schueler, 2008; Drago; Gabriel, 2023; Lobo, 2008).

A análise dessa rede permite levantar hipóteses sobre como suas relações sociais podem ter influenciado suas decisões enquanto diretor, desde a priorização de determinadas áreas do ensino - passando pela preocupação com a higiene e a infraestrutura da instituição - até as estratégias administrativas para obtenção de recursos e reconhecimento público.

A delimitação cronológica do trabalho concentra-se entre 1856, ano em que Cláudio Luiz da Costa assume a direção do Instituto, e 1869, data de sua saída da ocupação, devido a seu falecimento. Para compreender sua atuação neste cargo, tornou-se indispensável observar a sociedade brasileira do Segundo Reinado(1840-1889), marcada por profundas desigualdades sociais, pelo predomínio de ideais filantrópicos nas políticas públicas de assistência e pela institucionalização do saber médico (Gondra, 2004; Gondra; Schueler, 2008). Esse pano de fundo permite compreender não apenas o perfil do diretor, mas também os limites e possibilidades do Instituto naquele momento.

Ao longo do trabalho, analisam-se as principais medidas tomadas por Cláudio Luiz da Costa em sua gestão - como a mudança de sede, a ampliação curricular, a introdução de oficinas e a implantação da tipografia adaptada - buscando articular sua formação médica e seu contexto social como aspectos influentes para suas tomadas de decisão no campo administrativo. Para efeito de comparação, faz-se um breve contraste com a curta gestão anterior do também médico José Francisco

Xavier Sigaud³, diretor-fundador do Instituto, com o intuito de evidenciar continuidades e rupturas no modelo institucional.

Assim, a biografia ultrapassa a condição de mera narrativa pessoal e requer o entendimento do contexto social no qual o sujeito está inserido. Para essa investigação, baseei-me nos conceitos de “Ilusão biográfica”, do sociólogo francês Pierre Bourdieu⁴, que infere que a vida não é um projeto puramente pessoal, mas algo construído socialmente, ou seja as escolhas e trajetórias de um indivíduo são atravessadas por estruturas sociais, e de “Redes de sociabilidade”, do historiador francês Jean-François Sirinelli⁵, que aborda que as redes de sociabilidade são como uma espécie de tecido, que acaba por reunir indivíduos em torno de afinidades ideológicas ou culturais. De algum modo, ela acaba por moldar a trajetória do sujeito de várias formas.

A análise da trajetória de Costa exige uma compreensão biográfica, uma vez que as experiências individuais são influenciadas por dimensões econômicas, sociais e culturais. Bourdieu, em consonância com Borges⁶, enquadra a biografia como sendo uma construção interpretativa, e não como reflexo fiel da vida, que seleciona e ordena fatos, criando sentidos retrospectivos.

Tais referenciais teóricos foram fundamentais para compreender o processo de construção de uma biografia, que não se limita à linearidade cronológica. Conforme aponta Bourdieu (2006), é impossível reconstruir integralmente a vida de um indivíduo, do nascimento à morte, sem incorrer em uma “ilusão biográfica”.

Desse modo, o presente trabalho se estrutura, além da introdução, em três capítulos. O primeiro, analisa periódicos e documentos governamentais para compreender o período de consolidação do educandário e sua função perante a sociedade oitocentista. O segundo, apresenta a figura de Cláudio Luiz da Costa, perpassando por aspectos da sua vida pregressa à instituição, bem como sua relação com o instituto. O último, por fim, aborda a atuação do médico no educandário e as modificações oriundas de sua gestão.

³José Francisco Xavier Sigaud. In: Instituto Benjamin Constant Disponível em: <https://www.gov.br/ibc/pt-br/centrais-de-conteudos/projetos/memoria-ibc/memoria-institucional/paginas-ex-diretores-gerais/jose-francisco-xavier-sigaud>. Acesso em: 10 dez de 2025

⁴ BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA e AMADO(org). Usos e abusos da História Oral, 2006.

⁵SIRINELLI, J.-F. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, R(org). Por uma história política. Rio de Janeiro, UFRJ-FGV, 1996.

⁶ BORGES, V.P. “Grandezas e misérias da biografia”. In: PINSKY, C.B(org). Fontes Históricas, São Paulo, Editora Contexto, 2008.

2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO E A EDUCAÇÃO DE CEGOS NO BRASIL IMPÉRIO

Para compreender a criação do IIMC em 1854, é necessário contextualizar o Brasil no século XIX, que, em suas primeiras três décadas, passou de colônia portuguesa a território componente do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e, por fim, ao Império do Brasil.

Tal período, marcado por intensos movimentos e reconfigurações político-administrativas, culminou em instabilidade sociopolítica, que foi refletida nos primeiros anos do Brasil Império, tendo como marcos principais a independência do Brasil, em 1822, e a posterior abdicação de Dom Pedro I, em 1831. Sob esse contexto, o país buscava se consolidar enquanto Estado. Para isso, uma das estratégias adotadas foi a construção de uma História nacional que oferecesse ideias de harmonia e civilidade ao país (Almeida, 2018).

Com isso, tornou-se relevante a produção de uma narrativa contínua e coerente sobre a formação do Brasil. A expectativa era de que, ao organizar uma história linear sobre esse ponto, a população compreendesse o significado da nação e, assim, fortalecesse a unidade do recém país.

Para auxiliar esse objetivo, foi fundado, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), responsável por promover ideias e debates que contribuíssem para a formulação de uma identidade nacional (Barbato, 2014). Contudo, enquanto o Império se esforçava para definir o que era o Brasil, e, conseqüentemente, quem eram os brasileiros, também buscava referências externas, especialmente na França, a fim de adaptar modelos considerados modernos às reformas internas.

Após a Revolução Francesa, a França tornou-se referência cultural e intelectual no mundo ocidental oitocentista, orientando comportamentos e práticas em áreas como moda, política, arquitetura e educação. Alinhada ao desejo da Coroa Brasileira de modernizar o país, grande parte das concepções francesas foram incorporadas ao contexto brasileiro, inclusive no campo educacional (Harvey, 2015).

No entanto, a educação já constituía um grave problema desde o período colonial. No Brasil, a primeira norma educacional adveio com a Lei Imperial de 15 de Outubro de 1827, que instituiu em seu artigo 1º, que “Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessarias”. (Brasil, 1827)

Contudo, cabia às províncias decidir autonomamente sobre suas políticas educacionais. Com isso, diversas províncias vivenciaram debates intensos acerca da necessidade de escolarização da população, especialmente das camadas socialmente menos favorecidas, porém, a elite no centro destas discussões considerava que a instrução formal da população, majoritariamente pobre e escravizada, ainda não constituía prioridade para a Coroa Brasileira (Faria Filho, 2020).

Cabe discutir o motivo de tais pessoas não serem consideradas a prioridade. Ora, a Constituição de 1824 determinava que cidadãos eram todos aqueles que:

- I. (...) no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.
- II. Os filhos de pai Brasileiro, e Os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.
- III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em sorviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.
- IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia. (Brasil, 1824)

Ressalta-se, de acordo com a Constituição de 1824, que os escravizados não eram considerados cidadãos brasileiros, não podendo estes exercer os direitos previstos aos brasileiros.

Nesse cenário, vale salientar também que ser cidadão brasileiro não significava automaticamente ter direitos políticos. Como posto no art 8 da Constituição de 1824, “Suspende-so o exercicio dos Direitos Politico I. Por incapacidade physica, ou moral.” (Brasil, 1824)

Dessa forma, é possível afirmar que o acesso à instrução no Brasil, durante essa época, encontrava-se restrito a determinados grupos sociais. Os filhos da elite econômica dominante do período, majoritariamente composto por proprietários de terras ou de escravizados, estavam incluídos nesse acesso à instrução, bem como os filhos da camada média urbana da sociedade oitocentista, geralmente integrada por burocratas e comerciantes.

Tais práticas educacionais variavam conforme as condições econômicas, os objetivos das famílias e as finalidades atribuídas pelas instituições escolares (Leão, 2017), o que tornava as instituições de ensino escassas e majoritariamente privadas.

As poucas escolas existentes, apresentavam deficiências significativas de infraestrutura e contavam com um corpo docente instável, sobretudo em razão da baixa remuneração, o que resultava em um processo de instrução notadamente precário. Como apresentado por Favacho e Mendes (2021) “ o Estado induzia a demanda, mas não a bancava...”.

Com o intuito de conferir legitimidade e prestígio ao novo regime, membros e entidades relacionadas ao Governo Imperial passaram a defender de forma veemente a criação de instituições educacionais no país. A consolidação de um sistema de ensino organizado e regulamentado permitiria projetar ao exterior a imagem de um Brasil moderno e bem-sucedido (Almeida, 2018).

Nesse contexto, emergiu a proposta de criação de um colégio secundário oficial, sustentada pela premissa de que a instrução pública poderia apresentar resultados superiores aos oferecidos pela iniciativa privada. Assim, instituiu-se o Colégio de Pedro Segundo, concebido como uma instituição pública destinada a servir de modelo nacional. Todavia, sua natureza pública não implicava gratuidade, uma vez que o pagamento de mensalidades era obrigatório. Dessa forma, seu corpo docente era composto majoritariamente por membros da elite brasileira, perpetuando a exclusividade do acesso à educação.

O Colégio de Pedro Segundo foi estruturado com base no modelo educacional francês, que passou a influenciar fortemente a organização do ensino no Brasil após sua fundação, em 1837. A instituição tinha como propósito orientar e padronizar o ensino secundário nas diversas províncias brasileiras, promovendo maior uniformidade no sistema educacional (Bastos, 2008).

Infere-se que o cenário educacional brasileiro era marcado por irregularidades, visto que apenas no século XIX foram adotadas medidas concretas para regulamentar a educação como responsabilidade do Estado. Embora o Colégio de Pedro Segundo representasse um avanço no que se refere à organização do ensino secundário, sua estrutura permanecia direcionada à elite e a pessoas sem deficiência, reproduzindo o padrão excludente observado na maioria das instituições do período.

Em consequência, a educação de pessoas surdas, cegas ou com outras deficiências continuava negligenciada.

Apesar da intensa influência francesa no Império Brasileiro, não foram incorporados, de imediato, os modelos de alfabetização destinados a pessoas tidas

como surdas-mudas ou cegas, os quais já existiam na França desde o século XVIII. No Brasil, ainda que houvesse a Lei Imperial de 1827, que estabelecia a oferta de instrução primária a todos os cidadãos, somente em 1835 ocorreu a primeira manifestação oficial de interesse pela educação de pessoas com deficiência. Tal proposta foi apresentada pelo então deputado Cornélio Ferreira França, representante da Província da Bahia (Brasil, 1827)(Franco e Dias *apud* da Silva, 2016).

A proposta previa a implantação do ensino das primeiras letras para pessoas com as deficiências mencionadas em todas as províncias, contudo, outras propostas foram contempladas pela Assembleia Legislativa anteriormente, levando a pauta de Cornélio França ao esquecimento. Com o término de seu mandato e sua não reeleição, esta perdurou no esquecimento da casa pública. (Ferreira; Lemos, 1995; Zeni, 2005).

Cabe ressaltar que a ausência de políticas voltadas à alfabetização de pessoas cegas ou surdas reforça uma lacuna na Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, uma vez que essa parcela populacional também estava afastada do gozo de seus direitos. Tal omissão suscita reflexões acerca de quem, efetivamente, era reconhecido como cidadão no contexto do Brasil Imperial.

A consolidação da educação primária destinada a pessoas com deficiência no país somente ocorreu com a inauguração do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que impulsionou a criação de outras instituições com finalidades semelhantes, como o Colégio Nacional para Surdos-Mudos.

2.1 A fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854)

No Brasil do século XIX, o termo “deficiência” já integrava o vocabulário cotidiano, contudo, não possuía o sentido atualmente atribuído, isto é, como adjetivo ou classificação de pessoas. As concepções modernas de “deficiência” e “cegueira” guardam certa proximidade com aquelas do período oitocentista, embora não sejam equivalentes.

De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa de 1823, elaborado por Antônio de Moraes Silva, “deficiência” era compreendida essencialmente como falta. Nesse contexto, considera-se que a expressão “defeito physico” corresponde mais adequadamente ao significado contemporâneo de “deficiência”. Tal expressão

aparece no Recenseamento de 1872 (Brasil, 1872), que agrupava sob uma mesma categoria “cegos, surdos-mudos, aleijados, dementes e alienados”.

Ao longo do século XIX, a cegueira foi constantemente associada à incapacidade. A pessoa cega era estigmatizada e a cegueira constituía um importante marcador social negativo. De modo geral, a sociedade brasileira compartilhava a percepção de que ser cego equivalia a ser inválido, o que situava esses indivíduos como membros frágeis e pouco produtivos (Maciel, 2020). Por essa razão, considerava-se desnecessário investir em sua educação formal, pelo menos até meados da década de 1850.

A idealização e execução efetiva da criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos teve origem a partir do retorno de José Álvares de Azevedo ao Brasil, jovem cego que é atualmente reconhecido como patrono da educação de pessoas com deficiência visual no país.

Nascido em 1834, José Álvares de Azevedo perdeu a visão ainda na infância em decorrência de uma conjuntivite purulenta neonatal. Proveniente de uma família abastada do Rio de Janeiro, transferiu-se em 1 de agosto de 1844 a Paris para estudar no *Institut Royal des Jeunes Aveugles de Paris*⁷, de acordo com as recomendações de Maximiano Antônio de Lemos⁸. Nesse ambiente educacional especializado, teve seu primeiro contato com o Sistema Braille de escrita e leitura, método desenvolvido por Louis Braille (Fialho, 1977; Zeni, 1997).

Plenamente alfabetizado no sistema Braille, retornou ao Brasil em 1850, onde passou a publicar artigos sobre cegueira nos jornais - como o *Diário do Rio de Janeiro* -, realizar traduções e lecionar, não somente em instituições como Colégio Barão de Tautphoeus (Rio de Janeiro), mas também como tutor particular. No Brasil, Álvares de Azevedo ensinou o Sistema Braille a diversos jovens cegos, entre eles Adélia Sigaud, filha do médico José Francisco Xavier Sigaud. O progresso de Adélia levou seu pai, um médico requisitado no Império, a apresentar José Álvares de Azevedo ao Imperador Dom Pedro II (Zeni, 1997).

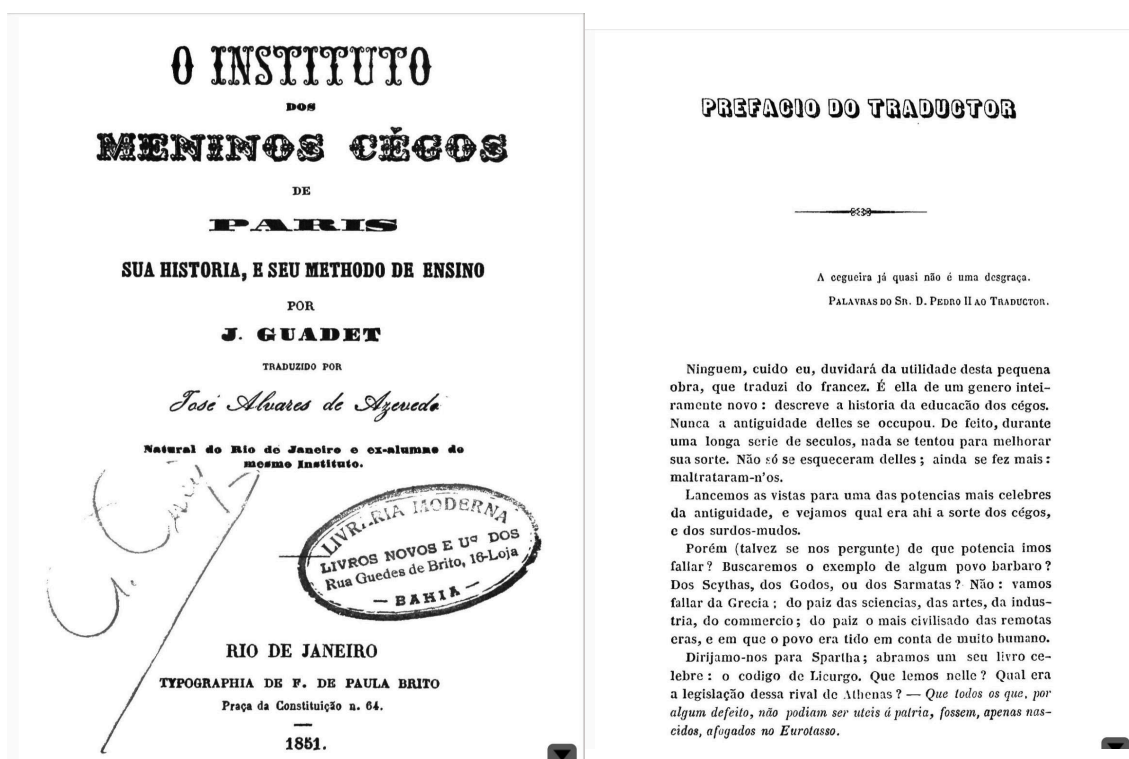
⁷ No ano de 1784 em Paris, na França, foi fundada uma instituição de educação voltada para a instrução de cegos nomeada de Institut Royal des Jeunes Aveugles de Paris. Idealizada por Valentin Haüy, a instituição surgiu com o intuito de ministrar o ensino intelectual, musical e profissional a jovens cegos. (Zeni, 2005)

⁸ Maximiano Antônio de Lemos foi responsável por retomar as discussões, em âmbito privado, sobre a educação de cegos que caducou na forma da proposta de Cornélio França. Antônio de Lemos, que havia conhecido Álvares de Azevedo quando este tinha apenas 4 anos, em viagem a Paris teve contato com as instituições de ensino para pessoas cegas, o que o motivou a convencer o pai do menino - Manuel Álvares de Azevedo - a estudar em Paris.

Álvares de Azevedo mantinha contato próximo com sujeitos influentes da Corte Imperial, como Xavier Sigaud. A partir das intervenções do médico, Álvares de Azevedo conseguiu apresentar ao Imperador Dom Pedro II a proposta inicial de criação de uma instituição voltada à educação às pessoas cegas semelhante ao instituto de Paris na Corte Imperial.

Em 1851, traduziu e publicou o livro de Joseph Guadet intitulado *O Instituto dos Meninos Cegos de Pariz: sua história e seu methodo de ensino*⁹. No prefácio da obra, a frase “A cegueira já quasi não é uma desgraça”, é atribuída à figura de Dom Pedro II. Segundo Álvares de Azevedo, essa frase foi proferida pelo monarca direcionado a ele após demonstração do Sistema Braille.

Figura 1 - Capa e prefácio da obra *O Instituto dos Meninos Cegos de Pariz: sua história e seu methodo de ensino*



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - Universidade de São Paulo

Instituído por meio do decreto nº1.428, a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi a culminância de idealizações, formulação e planejamento. Estima-se que Álvares de Azevedo e Sigaud dedicaram-se, ao longo de mais de um

⁹ A obra publicada pela Typographia de F. de Paula Brito é dividida em quatro capítulos, sendo eles intitulados respectivamente de: origem e estado primitivo do instituto, periodo de decadência, regeneração do instituto, estado atual do instituto

ano, à elaboração dos planos de estruturação do Instituto, os quais abrangeram a definição do local de funcionamento, a importação de materiais em Braille e outras etapas de caráter organizacional. Sofiato (2024) tem como hipótese que “esses fatos relatados, associados, tiveram grande força para que o projeto de fundação desse Instituto fosse levado a cabo” (p.6).

O surgimento do instituto pode ser compreendido como uma articulação de forças entre a mobilização de Álvares de Azevedo e as ambições do Estado brasileiro. Enquanto Azevedo, através de sua experiência internacional, buscava romper as limitações sociais impostas à deficiência visual e reafirmar a autonomia desses indivíduos, o Governo Imperial via na proposta de criação uma oportunidade estratégica de modernização das instituições brasileiras. Essa relação, portanto, unia o desejo de autonomia social de um sujeito cego ao discurso de modernização da própria coroa brasileira, ainda que esse discurso fosse, por vezes, mais retórico do que prático.

A partir de meados do século XIX, havia-se uma atmosfera favorável à expansão do ensino, fundamentado na crença de que a educação era um direito e um dever para atingir a disciplina social. Segundo Almeida (2018), o ensino destinado aos “degenerados” era defendido como uma forma de evitar a desordem, transformando sujeitos até então marginalizados em cidadãos minimamente integrados ao sistema social.

Esse posicionamento é um reflexo da influência positivista¹⁰ que pairava sobre a elite intelectual brasileira à época, que via na instrução formal das classes segregadas o caminho para a estabilidade e a evolução da sociedade para uma utópica civilidade.

Desse modo, a fundação do Instituto materializou-se sob o reflexo de tendências educacionais estrangeiras e do anseio por desenvolvimento social controlado. A proposta não era apenas educativa, mas civilizatória, visando moldar as classes desassistidas conforme os padrões de progresso vigentes. Segundo Jannuzzi (2004), esse movimento buscava retirar o indivíduo da marginalidade improdutiva para integrá-lo a uma lógica de utilidade social, o que vem a se alinhar

¹⁰ Vale ressaltar que nesse período, século XIX, as tendências políticas e científicas brasileiras estavam mais ajustadas à filosofia positivista francesa, idealizada por Auguste Comte. Essa filosofia influenciou noções em diferentes áreas no Brasil, inclusive nas concepções sobre educação. (Alves, 2020)

posteriormente com o difuso projeto higienista de ordenação do espaço público e dos corpos no Brasil Império (Costa, 1999).

Como apontado por Leão e Sofiato (2019), o IIMC nasceu dessa mistura entre o exemplo externo e a urgência interna de organizar e instruir aqueles que a sociedade ainda não sabia como acolher.

2.2 A organização estrutural do Instituto

Na data de 12 de setembro de 1854, foi publicado o decreto oficial que autorizava a criação e regulamentação do Instituto. Em 17 de setembro de 1854, realizou-se a inauguração do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, localizado na Rua do Lazareto, nº 3, no Morro da Saúde - Gamboa (Brasil, 1854).¹¹

O recém-inaugurado Imperial Instituto dos Meninos Cegos deu seus primeiros passos rumo à consolidação como uma instituição de prestígio e relevância no contexto social brasileiro. O panorama educacional do país, até meados do século XIX, era marcado por fragilidades estruturais e pela ausência de um sistema consolidado de ensino. Nesse cenário, a criação de uma instituição voltada especificamente à instrução de pessoas cegas despertou grande atenção, sobretudo em um país que ainda não possuía plenamente estabelecidas as bases da educação primária e secundária.

Conforme o Regulamento Provisório de 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos tinha por finalidade oferecer instrução primária, formação moral e religiosa, ensino musical, capacitação em ofícios fabris e ainda alguns ramos da educação secundária a crianças cegas, de ambos os sexos, com idades entre seis e catorze anos.

Embora o nome da instituição mencionasse apenas “meninos”, o Instituto acolhia meninos e meninas, porém em regime de segregação por sexo, conforme os padrões da época.¹²

É importante ressaltar que a proposta institucional apresentava um claro viés assistencialista, refletindo a mentalidade social do período, que fica evidente no

¹¹ Decreto nº 1.428, de 12 de setembro de 1854. Disponível em: Portal Legislação da Câmara dos Deputados

¹² Como exposto por Gondra e Schueler (2008), apesar do Regulamento de 1854 não prevê a presença ou contratação de alunas ou funcionárias do sexo feminino, através dos relatórios ministeriais é possível constatar a presença feminina no educandário. O relatório de 1855, por exemplo, apresenta a informação de 3 alunas matriculadas na instituição. O *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro (1855)* revela Adélia Sigaud, filha de José Francisco Xavier Sigaud, como professora das meninas cegas.

discurso de Sigaud na inauguração do IIMC¹³. O objetivo de inserir jovens cegos na sociedade estava associado à sua preparação para o trabalho produtivo, especialmente em áreas consideradas adequadas, como a música e os ofícios manuais.

Apesar do regulamento de 1854 descrever o Instituto como um espaço de educação e integração social, e Sigaud destacar em seu discurso que o instituto era “(...) pois uma casa de educação e não um asilo”¹⁴, no imaginário popular, o IIMC ainda era frequentemente percebido como um asilo (Araújo, 1993).

Funcionando em regime de internato, cabia ao Instituto garantir condições adequadas de moradia, bem como fornecer materiais e instrumentos necessários ao aprendizado. O sistema de admissão previa alunos contribuintes e alunos gratuitos, sendo o número total de vagas limitado a trinta nos três primeiros anos de funcionamento. Dentre essas vagas, dez eram destinadas a estudantes reconhecidamente pobres¹⁵, que recebiam do estabelecimento vestuário e sustento integral.

A administração da instituição estava subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, responsável por designar o diretor e supervisionar o funcionamento do Instituto por meio de inspeções periódicas. Por tratar-se de uma instituição mantida com recursos públicos, o diretor devia prestar contas anualmente, por meio de relatórios gerais encaminhados ao órgão imperial. Além disso, era exigido que o diretor residisse no próprio Instituto, a fim de acompanhar de perto as demandas dos alunos e o cotidiano da instituição.

O médico José Francisco Xavier Sigaud foi nomeado como o primeiro diretor do Instituto em setembro de 1854. Embora movido por motivações particulares, Sigaud ascendeu como uma voz proeminente na defesa da educação para cegos, propondo que o financiamento dos estudantes cegos fosse uma responsabilidade

¹³Discurso proferido pelo diretor, o Sr. Dr. Sigaud na ocasião da inauguração do Instituto no dia 17 de setembro. *Jornal do Commercio*, 1854.

¹⁴ Discurso proferido pelo diretor, o Sr. Dr. Sigaud na ocasião da inauguração do Instituto no dia 17 de setembro. *Jornal do Commercio*, 1854.

¹⁵ O regulamento provisório de 1854 não apresenta uma definição exata do que seria um indivíduo reconhecidamente pobre, entretanto, esse estudo leva em consideração as definições apresentadas por Favacho e Mendes(2021), que de modo geral considera como pobres no período oitocentista aqueles que fosse “(...)homens livres vindos de fora ou nascidos no Brasil, cujo o trabalho era oscilante, variante e incerto”, e de Lobo(2008), que caracteriza o pobre como sujeitos que “(...) andavam à cata de alguma ocupação que rendesse alguns trocados, além de escravos foragidos, índios desaldeados, soldados desertores, prostitutas e mendigos velhos, doentes, cegos e aleijados”

compartilhada entre as províncias. A sobrevivência do Instituto dependia, na visão de seus fundadores, de uma rede de apoio que extrapolasse o âmbito social.

Durante o período que antecedeu a abertura oficial, Azevedo, que faleceu antes da inauguração da instituição, e Sigaud mobilizaram-se na missão de identificar e recrutar novos alunos, angariando suporte entre famílias e governantes (Zeni, 2005).

3 CLÁUDIO LUIZ DA COSTA: DE MÉDICO A DIRETOR

“(...) A justiça demanda que mencione aqui os grandes serviços que a este estabelecimento tem prestado o seu zeloso Director. E' incontestavel que a perfeita regularidade que se mantem em todos os ramos do serviço, os progressos admiraveis que apresentam em geral os alumnos, e o esmero que preside a sua educação moral, são devidos em mui grande parte a dedicação verdadeiramente paternal com que esse Director desempenha as delicadas funcções do seu penoso cargo.”¹⁶

Cláudio Luiz da Costa nasceu em 1798, em Desterro, atual Florianópolis. Sua formação inicial ocorreu na Academia Médico-Cirúrgica da Bahia, porém finalizou seus estudos na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), obtendo o título de médico-cirurgião em 1817.

Engajado na causa emancipatória, atuou nas campanhas de independência na Bahia como cirurgião-mor, integrando posteriormente o 4º Batalhão de Caçadores da Bahia. Com o fim das guerras, compôs a comissão responsável pela reforma do corpo de saúde do exército, demonstrando influência técnica e política (*Diário do Rio de Janeiro*, 1827¹⁷; *Revista Mensal da Sociedade*, 1872¹⁸).

Devido aos seus feitos militares, recebeu a medalha da Restauração da Bahia, e foi condecorado por ter lutado pela Independência do Brasil, recebendo a insígnia da Ordem Imperial do Cruzeiro, em 1840. Costa transitava entre o município da Corte Imperial¹⁹, a vila de Santos e a província da Bahia. Nesses espaços, é possível deduzir que o sujeito foi gradativamente ampliando sua rede de sociabilidade.

Academicamente, a relevância de Costa teve início na década de 1830, com sua eleição para membro titular da recém-inaugurada Academia Imperial de Medicina (AIM), fundada sob o nome de Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1829. (Zeni, 1997). Integrar uma sociedade formal dá um certo grau de legitimação ao sujeito, que agora pertence a uma rede reconhecida, que ratifica, ou não, os posicionamentos e saberes debatidos.

¹⁶ Brasil, 1866. In: *Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio* Disponível na Biblioteca Nacional.

¹⁷ Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional

¹⁸ Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional

¹⁹ Com o Ato Adicional de 1834, criou-se um município neutro (atual cidade do Rio de Janeiro), que seria independente da província do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói. O município neutro ou município da corte, funcionava como uma cidade-sede do poder imperial. (Brasil, 1834)

A partir dessa sociedade formal, Cláudio Luiz da Costa pôde estar entre seus pares, abrindo espaço para a expansão dos saberes científicos através da legitimação.

Durante sua associação à AIM, ele assumiu cargos considerados de confiança, como o de tesoureiro - inclusive sob a presidência de Xavier Sigaud - e, mais adiante, o de arquivista. Infere-se que a experiência prévia em postos de administração possam ter influenciado na escolha do seu nome para assumir a direção do IIMC.²⁰

Pertencente a uma elite intelectual de sua época, Costa era um indivíduo bem relacionado. Ele mantinha a convivência com a aristocracia, como a família Andrada, da qual pertencia José Bonifácio de Andrada e Silva²¹. Ter os Andrada no círculo íntimo, é um indicativo de como através da rede é possível perceber os aliados, que moldam também a atuação política e pública. Os Andrada tinham forte influência na Vila de Santos²². Costa, que conservava boa relação com esses sujeitos, aproveitou para exercer uma atuação significativa como médico na vila, viabilizando ações filantrópicas.

Em distintos periódicos, com enfoque para o período em que esteve na Província de São Paulo, ele é descrito como um ser dedicado a ações de caridade e membro prestigiado da elite oitocentista.

O nome do Sr. Dr. Claudio Luiz da Costa, é já repetido de boca em boca não só em Santos, como em todos os logares em que é conhecido: elle se faz credor da maior estima tanto pela sua pericia em Medicina e Cirugia, como pela assiduidade, e zelo com que trata os seus enfermos. Agora mesmo acaba elle de deixar sobremaneira penhorada a familia, e amigos do Capitão Joaquim Custodio Rodrigues(...) Para testemunhar pois quanto é digno de eterna gratidão o Sr. Dr. Claudio, quanto se faz credor da estima publica, rogo aos Srs. Redactores o obsequio de consagrarem em gratidão em seu Periodico os cordiaes votos de gratidão d'um amigo do fallecido Joaquim Custodio(...) ²³

²⁰ O IIMC possibilita o capital cultural institucionalizado de Costa. Para Bourdieu(1979), o capital cultural institucionalizado como uma "herança" imaterial que facilita o sucesso escolar e social. Sujeitos provenientes de classes dominantes, como Costa, herdaram códigos culturais que coincidem com as exigências do sistema educacional, transformando privilégios sociais em méritos individuais. Ou seja, Bourdieu argumenta que isso ajuda a oficializar as vantagens de quem já veio de uma família instruída, "carimbando" esse conhecimento como uma conquista formal. Para uma melhor leitura, ver: BOURDIEU, Pierre. Os Três Estados do Capital Cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

²¹ José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), foi um estadista, poeta e cientista brasileiro, nomeado como "Patriarca da Independência" por seu papel central na emancipação política do Brasil. Ele foi o principal conselheiro de Dom Pedro I, e o tutor de Dom Pedro II.

²² A Assembléia Provincial elevou a Vila de Santos a cidade em 1839. Atualmente, a região configura o município de Santos, no Estado de São Paulo (Prefeitura de Santos, 2021)

²³ Jornal *A Phenix*, 1838. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Costa foi membro de distintas sociedades, sendo elas intelectuais, religiosas entre outras naturezas, antes e durante sua gestão no IIMC. Uma organização de destaque é a que ajudou a fundar em 1832, chamada “Sociedade Philantrópica de Santos”. Essa associação, que contou com o auxílio dos Andrada, tinha como propósito a reconstrução da Santa Casa de Santos, que se encontrava em estado crítico financeiro e estrutural (Sousa, 1922).

Um outro exemplo de organização que era membro, foi o Instituto Episcopal Religioso, que atuou como vice-presidente em 1860. Fundado em 1855 sob a proteção da Imperatriz Teresa Cristina, o Instituto Episcopal tinha como interesse a promoção religiosa, “especialmente a reforma do culto, expurgando-o do aspecto theatral, e influindo para que a devoção pública manifeste por actos de philanthropia e caridade christã(...)”²⁴.

As ações filantrópicas de Costa - materializadas na criação da Sociedade Philantrópica-, ser membro do Instituto Episcopal entre outras, alinha-se a um perfil da elite oitocentista para a qual o exercício da caridade funcionava como um mecanismo de distinção social e de justificação das ambições políticas e nacionais.

Sua projeção enquanto intelectual não se limitou à AIM, Costa estava inserido intelectualmente em outros ambientes como o IHGB. Nesta instituição, atuou em diferentes comissões como: arqueologia e etnografia (1857), fundos e orçamentos (1859), trabalhos históricos (1861) entre outros, publicando relatórios e trabalhos, a exemplo do intitulado *Considerações acêrca da conquista catechese e civilização dos selvagens no Brasil*²⁵.

A trajetória de Cláudio Luiz da Costa antes de sua chegada ao Instituto, indica um perfil de intelectual muito comum no século XIX, que não separava a ciência das questões sociais. Ao observar sua atuação como médico, no geral, infere-se que sua prática clínica não se limitava ao diagnóstico biológico, mas estendia-se a uma preocupação com o corpo social, característica dos intelectuais imersos na cultura do Segundo Reinado.

Seu ingresso no Imperial Instituto dos Meninos Cegos não se deu por acaso. Essa transição, para o cuidado de pessoas cegas, sugere que sua motivação não

²⁴ *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1857. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

²⁵ *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*, 1853. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

era apenas burocrática, mas fruto de uma visão de mundo onde o conhecimento médico deveria servir para organizar e a “melhorar” a sociedade da época.

Nesse contexto, pode-se perceber pelos indícios, segundo o conceito de Ginzburg²⁶, deixados pelas fontes sobre Costa, que sua entrada no IIMC carregava consigo esse ideal de “caridade científica”²⁷. Em vez de uma filantropia baseada apenas na piedade, ligada ao cristianismo, sua postura induz a ideia de que era necessário dar utilidade prática e pedagógica à assistência aos desvalidos.

Como apontado por Jannuzzi (2004), esse movimento de médicos em direção à educação era comum no período, o que corrobora a ideia de que o sujeito preparou-se, ainda que indiretamente, para a direção ao cultivar uma rede de influências que unia a Academia Imperial de Medicina ao próprio círculo de confiança de D. Pedro II.

Ao analisar suas vivências pregressas ao IIMC, mesmo que não intencionalmente, Costa reuniu competências intelectuais, médicas e políticas necessárias para suceder Sigaud. Sua experiência prévia em outras esferas da vida pública sugere que ele não era apenas um médico, mas um sujeito articulador capaz de transitar entre diferentes camadas da sociedade oitocentista.

Subentende-se que sua chegada à direção foi o ponto de convergência entre sua formação técnica e seu desejo de atuação social, representando a síntese entre o homem de ciência e o administrador público, consolidando um perfil de autoridade que seria importante para as transformações estruturais que se sucederam em sua gestão.

²⁶ GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” IN Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²⁷ Essa ideia será mais associada à figura de Moncorvo Filho, médico, a partir da criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, em 1899.

4 “PELA DEDICAÇÃO E CARIDADE”: APONTAMENTOS DA DIREÇÃO DE CLÁUDIO LUIZ DA COSTA

Foi nomeado director do Instituto dos meninos cegos o Sr. Dr. Claudio Luiz da Costa. É uma nomeação que honra o Sr. ministro do imperio. O Sr. Dr. Claudio une a muito talento e a muito zelo e dedicação um espirito bemfazejo e caridoso. E um digno successor do Dr. Sigaud²⁸

Em 25 de outubro de 1856, Cláudio Luiz da Costa tomou posse da direção do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, sucedendo ao Dr. José Francisco Xavier Sigaud, primeiro diretor e fundador da Instituição, que faleceu devido complicações acometidas por uma doença.

A transição entre diretores ocorreu em um momento sensível, já que era uma instituição recém inaugurada em processo de estruturação. A nomeação repentina exigiu que Costa empenhasse esforços imediatos para assegurar a continuidade do educandário, que enfrentava desde os primórdios uma crise de ordem estrutural.

A atuação de Costa foi marcada por uma postura de transformações focada em três pilares: a transferência do instituto para uma sede mais adequada, a expansão do número de alunos e a modernização pedagógica.

Para compreender a amplitude das transformações implementadas por Costa, é necessário analisar o cenário herdado de seu antecessor. Iremos observar primeiro a questão da estrutura.

4.1 A crise do prédio

Uma das maiores adversidades enfrentadas por Costa ao assumir o IIMC foi a precariedade das instalações físicas. Na época, a instituição não possuía sede própria e funcionava de forma “improvisada” em prédios alugados, sendo o mais notório deles o casarão na Rua do Lazareto.²⁹

²⁸Foi nomeado director do Instituto dos meninos cegos o Sr. Dr. Claudio Luiz da Costa. Correio Mercantil e Instructivo Politico Universal Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal, 1856. Disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional

²⁹Durante uma parcela do Brasil Império, era comum que as escolas funcionassem em espaços cedidos ou casarões alugados pelo governo. Muitas das vezes a situação desses imóveis eram precárias, refletindo a ausência de uma arquitetura escolar. Prado (2024), em seu estudo sobre as escolas normais no Brasil Império apresenta que, de modo geral, muitas instituições de ensino “foram instaladas em locais impróprios, com péssimas condições estruturais e escassez de equipamentos e materiais pedagógicos”, e que a prática de instalar escolas em prédios já existentes ajudava o governo a reduzir gastos já que “não precisavam gastar com a construção de locais específicos(...)”. Apesar do estudo de Prado(2024) ser sobre a criação e estruturação escolas normais, observa-se que a lógica de alugar casarões para operarem como instituições de ensino era predominante no Brasil do século XIX, e o IIMC não ficou isento dessa prática.

A primeira sede do IIMC foi a Chácara dos Coqueiros, antes propriedade do Barão do Rio Bonito e alugada para o Governo Imperial pela família Ferreira. Localizada na Rua do Lazareto, nº 3, Morro da Saúde - Gamboa, foi visitada em 1853 por José Álvares de Azevedo e José Francisco Xavier Sigaud. Após a visita, foi redigido um relatório em busca da aprovação do estabelecimento, que visto com bons olhos, veio a ser tornar alocação do Imperial Instituto.

Anteriormente à escolha do espaço, em carta destinada ao secretário Luis Pedreira do Couto Ferraz, Xavier Sigaud e Álvares de Azevedo descrevem a área externa e interna do terreno.³⁰

A casa descrita pelos visitantes ficava em um ponto elevado do morro, sendo bem ventilada. A área interna era composta por oito salas, um oratório, outras quatro grandes salas e uma comprida varanda, podendo ser uma sala de jantar. Na parte superior da casa, o sótão era repleto de pequenos quartos que poderiam servir de enfermaria. Nos fundos da casa, encontrava-se a cozinha, a despensa e a casa de banho. Na área externa, um amplo jardim, que ajudava na salubridade do espaço. A propriedade era cercada por grades de ferro, fornecendo privacidade ao ambiente e mantendo-o longe de curiosos.

Ainda na mesma carta, Sigaud (1853) escreve que“(...) julgamos que a casa do Sr. Ferreira preenche o fim desejado e que demais ela não poderá proporcionar decentes acomodações ao diretor e alguns mestres e empregados”, sendo:

À vista do que acabamos de referir, julgamos que a casa serve para a projetada instituição dos jovens cegos e apressamo-nos a levar ao conhecimento ilustrado de V. Exa. este nosso parecer, deixando ao arbítrio de V. Exa. decidir como for conveniente. “ (Sigaud, 1853).

No momento inicial, o prédio parecia ideal, porém foi se provando inóspito para o objetivo. Ao passar do tempo, essa edificação foi frequentemente descrita em relatórios da época como sombria, úmida e desprovida de ventilação adequada, o contrário das características que os diretores, Sigaud e Costa, consideravam fundamentais para o bem-estar dos alunos.

Vejamos a diferença de descrição da mesma casa por Sigaud e Costa. Na carta endereçada ao ministro dos Negócios do Império, Luis Pedreira do Couto Ferraz, antes de iniciar as atividades escolares, Sigaud relata que

³⁰ Sigaud e Azevedo(1853) *apud* Ferreira (2004). A transcrição de parte desta carta está disponível no artigo “Descrição dos prédios ocupados pelo Instituto Benjamin Constant “. Disponível em: Instituto Benjamin Constant

A casa é provida d'água e, do lado esquerdo, existe a cavaleriça da qual poder-se-á tirar partido mais tarde no caso de construir uma oficina de torneiro ou de qualquer profissão manual. O acesso da casa que dispensa de conserto o bom estado das paredes, o bom estado do asfalto das salas que preservam da umidade, são condições, como V. Exa. bem sabe, muito vantajosas para a formação de um estabelecimento público. (Sigaud, 1853)

Entretanto, em 1857, a carta endereçada ao mesmo ministro, Costa relata que a casa

Fechando-se as portas, sente-se cheiro de terra e água podre, o bolor está por toda parte do interior, as pinturas e os papéis se têm desgrudado e o cupim, que de toda a casa se apodera, estraga o amadeiramento que sustenta o telhado e os forros, tornando-a carecida já de um grande e pronto conserto. O pavimento de asfalto só é próprio para soalho de armazéns ou de ruas ainda no tempo do estio e suportável, mas no inverno é de uma frieza incômoda e maléfica. (Costa, 1857)³¹

Costa chega a induzir que a doença de Sigaud foi agravada devido às péssimas condições de habitação da instituição. Sigaud, mesmo que em uma breve direção, teria feitos esforços para a mudança de sede, para algum espaço que comportasse o quantitativo de alunos e apresentasse características salubres.

Semelhante construção faz do edifício insalubre e tanto o reconhece o meu antecessor "ultimamente" cuja moléstia fora, sem dúvida, agravada em tal habitação que pouco antes do seu falecimento fazia todos os esforços para a mudança do estabelecimento. (Costa, 1857)

A demanda pela mudança de prédio perdurou, ainda, por um tempo. Nos relatórios de 1862 e 1864 do Ministério do Império é apontado que “o edificio não comporta maior numero de alumnos, e carece de reparos. Forão feitos durante o anno passado os que erão mais urgentes”³² e que “o velho edificio em que este se acha necessita urgentemente de reparos para sua conservação, e de alguns accrescimos”³³.

As reivindicações para a mudança de prédio são registradas desde 1857 por parte de Costa, porém, sem retorno imediato. Entre pressões e diálogos, somente em 1866 foi outorgado o pedido para a mudança temporária de sede, autorizando o aluguel de um prédio na Praça da Aclamação, atual Praça da República. Não muito tardar, esse prédio também se mostrou ineficiente devido ao aumento do número de alunos.

³¹ Costa(1857) *apud* Ferreira (2004). A transcrição de parte desta carta está disponível no artigo “Descrição dos prédios ocupados pelo Instituto Benjamin Constant “. Disponível em: Instituto Benjamin Constant

³² Brasi, 1862. In: *Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio* Disponível na Biblioteca Nacional

³³ Brasil, 1864. In: *Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio* Disponível na Biblioteca Nacional

A insistência por um espaço melhor para os alunos é uma das marcas da gestão de Cláudio da Costa. Entende-se que para ele, a eficácia do método de ensino e a própria dignidade dos alunos dependiam de um ambiente salubre e planejado para as suas necessidades específicas.

Essa questão tornou-se um motor para que o diretor passasse a articular junto ao Governo Imperial a necessidade de um prédio próprio do instituto, construído especificamente para esse fim. Entende-se que, para o diretor, a transferência para um prédio próprio não significava apenas uma mudança de endereço, mas uma condição para a consolidação do educandário como uma instituição de excelência do Império.

A limitação espacial não se reduzia apenas a um problema de conforto, mas a um limitador pedagógico e institucional. Em um dos relatórios é apontado por Costa um considerável crescimento de pedidos de matrícula e o desejo do gestor em elevar o número de alunos, porém a realidade contrastava com a capacidade reduzida das salas de aula e dos dormitórios, forçando a direção a recusar novos educandos ou mantê-los em condição de superlotação, por consequência, insalubre.

Tolhido de manter mais de 30 alumnos por não conceder a consignaçon quantia para a manutenção de maior numero de alumnos, e por falta de accomodações nos dormitórios: achando-se, além disto, as circunstancias financeiras do nosso paiz em grandes apuros, embora seja- tão diminuto pessoal de alumnos uma causa das que mais actuão no retardamento dos progressos que podia ter a isntiuião, tenho-me abtido de fazer diligencias para attrahir maior numero de educandos, á vista de taes obstaculos que cercão a instituição nos mais estreitos limites³⁴

Sem estrutura física, não dava para aumentar o número de alunos, o que implicava no desenvolvimento dos alunos em certas especialidades, como a música, área de ensino muito valorizada no IIMC. Costa destaca em relatório que “a falta de alumnos contraria o desenvolvimento completo destes dous ramos da instrução musical”³⁵.

Entretanto, mesmo diante das dificuldades, Costa conseguiu, mesmo que minimamente, que o instituto atingisse o número mínimo de alunos, chegando até ultrapassar em certo momento. Vejamos melhor no próximo tópico

4.2 Expansão do número de alunos

³⁴ Brasil, 1867. In: *Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio* Disponível na Biblioteca Nacional

³⁵ Brasil, 1867. In: *Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio* Disponível na Biblioteca Nacional

De início, o IIMC era mais uma promessa que corria o risco de não dar certo do que uma instituição plenamente consolidada. Restrito à Corte Brasileira e contando com um corpo discente reduzido, o Instituto expunha-se ao risco de ser interpretado por distintos setores da sociedade como um gasto desnecessário.

Durante a gestão de Sigaud, o quantitativo de alunos era abaixo do limite estabelecido no regulamento, e a maioria vinha da Corte ou da província do Rio de Janeiro. Essa baixa demanda de alunos poderia ser entendida como um problema futuramente, uma vez que a falta de adesão pelo público-alvo representaria a extinção da instituição, que não justificaria ao Estado sua urgente necessidade.

Infere-se que Sigaud não teve tempo hábil para desenvolver todas as questões urgentes relacionadas ao IIMC, como, por exemplo, o reduzido número de alunos. Devido à sua breve gestão, muitos dos assuntos tornaram-se responsabilidades para o seu sucessor, Cláudio.

Ciente desse cenário, Costa propôs uma expansão gradual do número de alunos como possível estratégia de legitimação e até de ganho de recursos financeiros, de certa maneira. Há de se levar em consideração que a instituição era pública, mas não gratuita em sua totalidade. Então ampliar o número de educandos contribuintes poderia ser de admirável auxílio para que o caixa da instituição não ficasse tão dependente dos recursos do Estado.

Para ele, o Instituto não deveria figurar como um privilégio da capital, mas sim como um projeto de alcance imperial. Ao buscar ativamente alunos em outras províncias, ainda que limitado por restrições administrativas, a gestão buscava conferir ao IIMC um caráter de utilidade social e prestígio nacional - o que refletia em reconhecimento oficial, além da possibilidade de benefícios fiscais e físicos e da proteção política e jurídica.

Acredita-se que essa “nacionalização” do Instituto serviria, em última análise, aos interesses do próprio Império. Ao propagar a assistência e a educação em regiões mais distantes da Corte, a instituição, de algum modo, reforçava a imagem de um Imperador onipresente, cujo zelo alcançava os súditos em todo o território.

Ao analisar diferentes periódicos, nota-se que não houve uma ampla divulgação para atrair estudantes. No entanto, os relatórios revelam pedidos esporádicos aos presidentes de províncias para que realizassem um levantamento

acerca de indivíduos cegos em suas respectivas regiões, a fim de determinar o número de jovens cegos, como demonstrado na tabela a seguir: ³⁶

Tabela 1 - Quantitativo de alunos em 1856

Local de origem	Nº de alunos
Corte	4
Província do Rio de Janeiro	6
Província da Bahia	3
Província do Ceará	1
Província de São Paulo	1
Província de Santa Catarina	1
Total de alunos 16	

Fonte: Tabela produzida pela autora, a partir do Relatório da Repartição dos Negócios do Império de 1856. Disponível na Biblioteca Nacional

Tabela 2 - Quantitativo de alunos em 1859

Local de origem	Nº de alunos
Corte	13
Província do Rio de Janeiro	4
Província da Bahia	3
Província do Espírito Santo	1
Província de São Paulo	1
Província de Santa Catarina	1
Província de Minas Gerais	1
Prússia	1
Total de alunos 24	

Fonte: Tabela produzida pela autora, a partir do Relatório da Repartição dos Negócios do Império de 1859. Disponível na Biblioteca Nacional

³⁶ Brasil, 1855. In: *Relatório da Repartição dos Negócios do Império* Disponível na Biblioteca Nacional

Ao analisar o número de estudantes três anos depois, podemos perceber, em comparação entre as tabelas, que na Corte triplicou-se a quantidade de estudantes enviados ao IIMC. Além disso, em 1859, a Província do Ceará já não aparece nos registros, entretanto, surgem outras duas províncias não citadas no relatório de 1856: Espírito Santo e Minas Gerais.

Para além disso, cabe ressaltar a presença de um estudante advindo da Prússia, o que pode indicar as potenciais relações internacionais da instituição à época. Considerando que tanto Sigaud quanto Cláudio dominavam outros idiomas e possuíam redes de sociabilidade para além do Brasil, é possível que tal efeito deva-se à atuação de um destes.

No relatório produzido por Euzebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, de 1862, é possível notar que o relatório não indica província ou país de origem dos alunos. Apesar disso, pela primeira vez desde a fundação, o Instituto ultrapassou o limite de vagas estabelecido no regulamento, totalizando trinta e um matriculados, sendo vinte e dois do sexo masculino e nove do sexo feminino.³⁷

Tal representação de uma presença majoritária masculina pode ser explicada devido à condição social da mulher à época, cujo destino era frequentemente restrito ao lar, em detrimento da educação. Embora o Instituto tenha expandido sua capacidade de assistência a ambos sexos, o atendimento manteve-se atrelado aos preconceitos estruturais da época, com atividades segregadas entre meninos e meninas.

4.3 Entre novidades pedagógicas e a busca pela modernização

A gestão de Cláudio da Costa, embora não seja caracterizada por reformas drásticas no Imperial Instituto dos Meninos Cegos, desempenhou um papel fundamental na consolidação da instituição. Ao assumir a direção de um instituto recém-inaugurado, Costa enfrentou o desafio de estruturar processos administrativos e pedagógicos que ainda careciam de ordenamento.

A continuidade e a sobrevivência do educandário em sua fase inicial sugerem uma gestão administrativa resiliente, que preparou o “terreno” para as

³⁷ Brasil, 1862. In: *Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio* Disponível na Biblioteca Nacional

administrações sucessoras. No campo da modernização pedagógica, as principais contribuições de Costa estão relacionadas a criação de oficinas profissionalizantes, o fortalecimento da biblioteca e o investimento no ensino musical, pontos que serão detalhados adiante.

4.3.1 - Currículo

O currículo era fortemente inspirado no modelo francês do *Institut Royal des Jeunes Aveugles de Paris*, focando no ensino elementar e na formação técnica inicial, conforme exposto no quadro abaixo:

QUADRO 1 - Distribuição das matérias ministradas no Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854

ANO	MATÉRIAS
1° até o 3° ano	Exclusivamente leitura, escrita, cálculo até frações decimais, música, instrução religiosa e artes mecânicas adaptada à idade e força dos meninos
4° ano	Gramática, francês, aritmética, princípios elementares da geografia, música e ofícios mecânicos
5° até o 7° ano	Além das matérias do 4° ano, haveria geometria plana e retilínea, história e geografia antiga, média e moderna, e leitura explicada dos evangelhos
8° ano	Limitava-se a história e geografia nacional e ao aperfeiçoamento da música e dos trabalhos mecânicos.

Fonte: Quadro produzido pela autora, a partir das informações do Regulamento Provisório do Imperial Instituto dos Meninos Cegos de 1854

A fim de manter uma organização mais clara, Costa fez com que o esquema pedagógico da instituição, disposto no quadro 1, fosse submetido a uma reformulação, que dividiu o currículo em dois eixos: o ensino literal e moral e o ensino profissional.

O primeiro eixo contemplava o ensino da leitura e escrita, além de conteúdos de instrução religiosa (catecismo e explicação do evangelho), humanidades (gramática nacional, francês, história e geografia) e ciências exatas e naturais (aritmética, álgebra, geometria e princípios de mecânica, física e química).

Em paralelo, o eixo de ensino profissionalizante dedicava-se à formação técnica e artística. O currículo musical era abrangente, englobando música vocal e instrumental, harmonia, contraponto e instrumentação. No âmbito dos ofícios, a formação diferenciava-se por sexo: aos meninos, destinavam-se o aprendizado da tipografia, encadernação e afinação de piano; e as meninas, as atividades limitavam-se ao ensino de música e aos trabalhos de agulha.

Segundo Araújo(1993), o modelo pedagógico adotado “não obteve nas terras brasileiras a atenção necessária para seu desenvolvimento. Arelado estruturalmente ao ensino profissionalizante sofreu, por parte da sociedade política e civil(...)”.³⁸ Para a autora, com o passar do tempo, o IIMC foi cada vez mais sendo percebido como asilo. Essa interpretação era reforçada pelo próprio Estado, que construiu um Instituto que ao mesmo tempo dava aos indivíduos cegos:

a oportunidade de se educarem, mas os induz, ao preço de um título e ocupação profissional, reconhecidamente prestigiados no seio da sociedade — dos quais se servirão só nos estreitos limites dos muros escolares — a uma institucionalização vitalícia.³⁹

Em outros termos, a instituição não buscava apenas educar, mas formar sua própria mão de obra. A criação de oficinas internas consolidou essa dinâmica, limitando, muita das vezes, o protagonismo dos cegos a ocupações restritas dentro da própria estrutura do educandário e criando uma contradição simbólica.

Tal afirmação fundamenta-se nas conclusões de Araújo (1993) e na ideia de que o IIMC promoveu a incorporação de capital cultural⁴⁰ de aspecto técnico e prático aos cegos, o que viabilizou o rompimento da ideia de uma PDV improdutiva, mas, ao mesmo tempo, operava um campo social que delimitava a operacionalização e o espaço de atuação destes. Isso significa dizer que ao passo que o IIMC zelava pela autonomia do sujeito cego, condicionava-a em um espaço institucional de legitimação, mas que também subordinou-os à estrutura social ampla, cuja dominação era exercida pelos videntes.

4.3.2 - Oficinas

³⁸ Araújo,1993, p.17. Elementos para se pensar a educação dos indivíduos cegos Brasil: A história do Instituto Benjamin Constant.

³⁹ Araújo, 1993, p.16. Elementos para se pensar a educação dos indivíduos cegos Brasil: A história do Instituto Benjamin Constant

⁴⁰ Bourdieu, P. O poder simbólico. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Diante do espírito assistencialista do IIMC, que almejava dar uma função a esses indivíduos, uma das primeiras atividades do segundo diretor foi a instalação de uma oficina tipográfica dentro do Instituto. Sigaud já tinha planos de iniciar essa oficina, porém devido a contratempos não foi possível.

Costa deu continuidade ao desejo do antecessor, como destacado por ele no relatório ao descrever que “reconheci logo, como reconheceu o meu antecessor, a precisão de criar-se a officina typographica, sendo a primeira e a mais urgente”⁴¹.

Infere-se, a partir do cruzamento de fontes e de leituras complementares, que o fato de Costa conhecer o desejo de Sigaud indica a possibilidade de algum contato prévio entre ambos sobre o IIMC, ainda que mínimo, antes da chegada de Costa ao educandário.

Não se descarta a possibilidade de que Sigaud tenha expressado essa ideia da tipografia em relatórios anteriores. Ainda assim, o fato de Costa e Sigaud terem integrado a AIM no mesmo período, como tesoureiro e presidente, respectivamente, sustenta essa inferência no âmbito desta pesquisa, de que ambos tinham uma relação proximal anterior, onde possivelmente Cláudio estava inteirado sobre assuntos relacionados ao IIMC, dando margem à ideia de que Cláudio não foi uma escolha aleatória para continuar a gestão de Sigaud, e compactuava, em algum nível, com sua interpretação acerca do IIMC.

Ter uma tipografia interna dava certa autonomia à instituição. A partir dela, era possível produzir os próprios materiais, livros e, por consequência, oferecer um ensino profissionalizante. Entretanto, para Araújo(1993), esse tipo de

práticas institucionais do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, legitimadas pelo Poder Estatal fazem com que sua razão social — educar os indivíduos cegos — seja complementada por outra, percebida ao interior de seu Regulamento: formar professores⁴²

Em contrapartida, o

Regulamento do Instituto limitava o futuro de seus alunos, pois os induzia a permanecerem na instituição como professores ou mestres de ofícios de acordo, também, com a disciplina, inteligência e aptidão. Concebido como escola, o Instituto vivencia, no entanto, durante todo este período uma prática institucional asilar, onde a estrutura organizacional revela a força do estigma para a exclusão do indivíduo cego da dinâmica interacionista do corpo social.⁴³

⁴¹ Brasil, 1867. In: *Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio* Disponível na Biblioteca Nacional

⁴² Araújo, 1993, p.16. Elementos para se pensar a educação dos indivíduos cegos Brasil: A história do Instituto Benjamin Constant

⁴³ Araújo, 1993, p.19. Elementos para se pensar a educação dos indivíduos cegos Brasil: A história do Instituto Benjamin Constant

Apesar da intenção, o lugar teve seu uso. A oficina do Instituto foi introduzida, seguida pela oficina de encadernação, e as atividades de impressão foram inauguradas com a obra *História cronológica do Imperial Instituto dos Meninos Cegos*, escrita por Cláudio Luiz e abrangendo o período de 1854 a 1862. Posteriormente, em 1865, a oficina publicou a *Constituição Política do Império do Brasil* em braille, democratizando, de alguma maneira, o acesso à leitura⁴⁴.

Acredita-se ainda que, a oficina possa ter surgido com outras intenções, Costa poderia ter o propósito de ampliar as oficinas, talvez, para algo não tão diretamente relacionado às limitações e aos estigmas atribuídos a pessoas com cegueira. É possível inferir que a criação da oficina tipográfica tenha se materializado como instrumento pedagógico e estratégia de legitimação e de argumentação financeira - justificando ao Estado o retorno do investimento no Instituto -, mas também, para reforçar sua utilidade social e gerar capital simbólico para a direção de Costa.

A imprensa recebia destaque e notoriedade, à época, funcionando como uma representante importante da organização social e, também, para a difusão do conhecimento. Logo, inserir uma oficina tipográfica poderia associar, além de tudo, o Instituto à modernidade e à ciência, além de que as produções advindas daquele local carregariam o nome e o propósito do IIMC, corroborando para uma disseminação intelectual. Dessa forma, as figuras de Sigaud e Costa, iniciais interessados nessa criação, usufruiriam do prestígio advindo da ação.

Para além disso, Cláudio também disse que “ainda tem somente o Instituto duas officinas; a typographica e a de encadernar, e ainda está longe o tempo em que possam haver outras; só quando possuía duplicado numero de alumnos será opportuno abrirem-se outras”⁴⁵

Novamente a ampliação de atividades dentro do Instituto esbarra na questão do número de alunos, que estava sem evolução significativa devido ao problema de estrutura.

4.3.3 Biblioteca

⁴⁴ Cerqueira; Pinheiro; Ferreira, 2014

⁴⁵ Brasil, 1867. In: *Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio* Disponível na Biblioteca Nacional

A instalação de uma biblioteca, com materiais didáticos disponíveis aos alunos, é um dos pilares essenciais na estruturação de um educandário, o que não foi diferente no IIMC.

Por ser esse um Instituto voltado para a instrução de cegos, os materiais didáticos teriam de ter uma constituição específica, a fim de oferecer um suporte pedagógico e ser uma ferramenta de auxílio no desenvolvimento dos alunos.

O Sistema Braille ainda era muito recente no Brasil, tendo como seu maior espaço de difusão o IIMC, que estava se organizando. Então, de modo geral, havia uma carência de material pedagógico característico para esse público. Diante desse cenário, Cláudio empenhou-se, enquanto diretor, em superar a escassez de materiais didáticos específicos, buscando tanto a importação de tecnologias estrangeiras quanto o incentivo à produção interna de materiais.

Durante os primeiros anos, o acervo bibliotecário da instituição era reduzido. Em 1858, a biblioteca contava com em média cinquenta exemplares, a maioria vindos do exterior. Com a fundação da tipografia, esse número foi mudando. No relatório de 1859 é informado que “augmentou-se a bibliotheca com 22 volumes impressos em pontos e em caracteres ordinarios, além de outros que forão impressos na typographia do instituto, e 23 peças de musica”⁴⁶.

No relatório de 1860, observa-se a continuidade dessa expansão e o protagonismo dos estudantes na construção desse acervo:

A bibliotheca do instituto fez a aquisição, durante o anno proximo findo; de diversas obras impressas em pontos salientes, cartas geographicas em baixo relevo, e diversas outras obras impressas em caracteres ordinarios. Vinte daquellas primeiras forão manuscriptas por alumnos do instituto.⁴⁷

A existência de uma biblioteca no educandário não apenas como um lugar de depósito de livros, mas como um espaço onde, pela primeira vez no Brasil, o aluno cego deixava de ser um objeto de caridade para se tornar um sujeito ativo, um intelectual por mérito próprio.

4.3.4 - Banda

⁴⁶ Brasil, 1859. In: *Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio* Disponível na Biblioteca Nacional

⁴⁷ Brasil, 1860. In: *Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio* Disponível na Biblioteca Nacional

Além do desenvolvimento técnico e literário, a gestão de Cláudio Luiz da Costa fomentou a integração cultural por meio da música. Embora a data exata de fundação seja objeto de debate historiográfico, é consenso que foi durante sua gestão que se estruturou a banda de música composta pelos alunos. De acordo com Cerqueira e Lemos (2005), a banda desempenhava um papel fundamental na visibilidade social do Instituto, realizando apresentações frequentes em solenidades oficiais, como as festividades de aniversário da instituição e as cerimônias de premiação das “provas públicas”. Essas exhibições não apenas demonstravam as competências artísticas dos alunos, mas serviam como ferramenta de legitimação do trabalho realizado pelo Instituto perante a corte e a sociedade brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a trajetória de Cláudio Luiz da Costa, pareço me deparar com uma figura do típico intelectual do século XIX, cuja atuação não se limitava a uma única esfera do saber, mas transitava entre a ciência, a política e o bem-estar social. Ao observar a formação e atuação médica de Costa, infere-se que o seu cuidado com o corpo serviu como base para uma compreensão mais ampla da cidadania.

A inserção desse sujeito no Imperial Instituto dos Meninos Cegos não se mostra como um evento accidental, mas como o desdobramento quase que natural de um pensamento que via na ciência um meio para o progresso da nação.

De modo geral, entende-se que a educação destinada a pessoas com deficiência no Brasil oitocentista, surgiu sob uma forte influência do modelo médico-higienista, o que permite supor que a autoridade de Costa como médico foi determinante para conferir credibilidade científica ao processo de escolarização desses sujeitos.

No que tange à sua transição para a direção do Instituto, subentendo que Costa operou sob a lógica da “caridade científica”, e através da estruturação das oficinas e da produção bibliográfica, realizou uma tentativa de converter o assistencialismo em um projeto educativo estruturado, conduzindo à ideia de que sua gestão visava conferir ao cego uma funcionalidade social.

A implantação de oficinas no Instituto tinha como objetivo não apenas a ocupação, mas a própria “moralização” e autonomia do educando, o que induz a pensar que Costa via na técnica tipográfica um vetor fundamental para a inserção desses indivíduos no espaço público e letrado do Segundo Reinado.

Por fim, ao considerar sua administração, percebe-se que sua capacidade de gerir uma instituição em consolidação, enquanto mantinha o status de médico influente, parece indicar que a permanência do Instituto Benjamin Constant deveu-se, em parte, à sua habilidade em legitimar o ensino especial perante a Coroa.

Parece razoável concluir que sua figura representa o ponto de convergência entre o saber acadêmico e a prática humanitária, ou, como sugere a análise de Mazzotta (2001), um esforço de institucionalização que transformou a visão sobre a deficiência no Brasil, retirando-a do âmbito puramente doméstico para torná-la objeto de política pública e atenção intelectual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aline Martins de. **“Ver” pelo mundo do toque e “Ouvir” pelo silêncio da palavra:** a educação de crianças cegas e surdas no Brasil(1854-1937). 2018. Tese de Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP, 2018

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1855. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1855. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=313394x&pesq=%22Imperial%20Instituto%20dos%20Meninos%20Cegos%22&pasta=ano%20185&pagfis=8015> . Acesso em: 04 abr. 2025

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. 1857. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1857. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=313394x&pesq=%22Imperial%20Instituto%20dos%20Meninos%20Cegos%22&pasta=ano%20185&pagfis=10710> . Acesso em: 04 abr. 2025.

ALVES, Cláudia. **Positivismo no século XIX.** Revista Encontros com a Filosofia. Rio de Janeiro. v.1, n.2, 2020

ARAÚJO, Sônia Maria Dutra de. **Elementos para se pensar a educação dos indivíduos cegos Brasil:** A história do Instituto Benjamin Constant, 1993. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 1993.

AZEVEDO, Moreira de. O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades. Segundo volume. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877. Disponível em: Biblioteca do IBGE

BARBATO, Luís Fernando Tosta. **A serviço da pátria e do Imperador: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:** origens, estrutura e funcionamento. Revista Labirinto (Universidade Federal de Rondônia), v.20, p.336-252, 2014.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Manuais escolares franceses no Imperial Colégio de Pedro II (1856-1892).** Revista História da Educação, Pelotas, v. 12, n. 26, p. 39-58, set./dez, 2008.

BORGES, Vavy, Pacheco. “Grandezas e misérias da biografia”. In; PINSKY,C.B(org). **Fontes Históricas**, São Paulo, Editora Contexto, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M de; AMADO, J(org). **Usos e abusos da História Oral.** Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Os Três Estados do Capital Cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. (a) **Decreto nº 1.428, de 12 de setembro de 1854**. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Portal Legislação. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1428-12-setembro-1854-508506-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 13 abr.2025

BRASIL. (b) **Aviso nº 242, de 18 de dezembro de 1854**. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação.Coleção das Leis do Império (1808-1889). Decisões. 1851-1860. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/cao5.html>. Acesso em: 13 abr.2025.

BRASIL. **Constituição(1824)**. Constituição Política do Império do Brazil, elaborada por um Comissão de Estado e outorgada pelo Imperador D.Pedro I em 25.03.1824. In:PLANALTO. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 13 abr. 2025

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades villas e logares mais populosos do Imperio. In:CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação.Disponível em : https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html Acesso em: 14 abr. 2025

BRASIL. **Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834**. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, reforma o Conselho Geral de Província e dá outras providências. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1834. In: PLANALTO Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm. Acesso em: 21 jan. 2026

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do ano de 1854 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Terceira Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1854. Disponível em: Acervo da Biblioteca Nacional. Acesso em: 10 abr.2025.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do ano de 1855 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Quarta Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1855. Disponível em: Acervo da Biblioteca Nacional. Acesso em: 10 abr.2025.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do ano de 1856 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1856. Disponível em: Biblioteca Nacional. Acesso em: 10 abr.2025.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do ano de 1857 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Imperio Pedro de Araujo Lima.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857. Disponível em: Acervo da Biblioteca Nacional. Acesso em 10 abr. 2025.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do ano de 1858 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Imperio Sergio Teixeira de Macedo.** Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert 1858. Disponível em: Acervo da Biblioteca Nacional. Acesso em: 10 abr.2025.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do ano de 1859 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Imperio João de Almeida Pereira Filho.** Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1859. Disponível em: Acervo da Biblioteca Nacional. Acesso em: 10 abr.2025.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do ano de 1860 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Primeira Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Imperio Jose Antonio Saraiva.** Rio de Janeiro: Na Typographia Universal Laemmert Nacional, 1860. In: Relatórios Ministeriais (1832-1888). Disponível em: Acervo da Biblioteca Nacional. Acesso em: 10 abr.2025.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do ano de 1861 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Primeira Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Imperio Jose Ildefonso de Souza Ramos.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861. Disponível em: Acervo da Biblioteca Nacional. Acesso em: 10 abr.2025.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do ano de 1862 da Inspectoria Geral da Instrucção Primaria e Secundaria do Municipio da Corte pelo Conselheiro Euzebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.** In: Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Primeira Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Imperio José Ildefonso de Souza Ramos. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1862. Disponível em: Acervo da Biblioteca Nacional. Acesso em: 12 jan. 2026

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do ano de 1863 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Imperio Pedro de Araujo Lima.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1863. Disponível em: Acervo da Biblioteca Nacional. Acesso em: 10 abr.2025.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do ano de 1864 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Imperio Jose Bonifacio de Andrade e Silva.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864-2A. Disponível em: Acervo da Biblioteca Nacional. Acesso em: 10 abr.2025.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do ano 1864 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Imperio Jose Liberato Barroso.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864-3A. Disponível em: Acervo da Biblioteca Nacional. Acesso em: 10 abr.2025.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do ano de 1865 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Imperio Pedro de Araujo Lima.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. Disponível em: Acervo da Biblioteca Nacional. Acesso em: 10 abr.2025.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do ano de 1866 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Imperio José Joaquim Fernandes Torres.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866. Disponível em: Acervo da Biblioteca Nacional. Acesso em 20 jan 2026.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do ano de 1867 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Imperio José Joaquim Fernandes Torres.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867. Disponível em: Acervo da Biblioteca Nacional. Acesso em 28 jan 2026.

BRASIL. **Recenseamento da população do Imperio do Brazil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872.** Rio de Janeiro: Typographia. G. Leuzinger e Filhos, 1876. Disponível em: Coleção Memória Estática do Brasil, Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro. Acesso em: 22 jan. 2025

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. **Benjamin Constant(1890) e hoje.** Revista Pro-Posições, Campinas, São Paulo, v.5, n.3, p.54-75, 2016.

CERQUEIRA, Jonir Bechara; PINHEIRO, Cláudia Regina Garcia.; FERREIRA, Elise de Melo Borba. **O Instituto Benjamin Constant e o sistema braille.** Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, ano 20, edição especial, p. 29-47, nov. 2014.

CERQUEIRA & LEMOS(org). **Instituto Benjamin Constant – 150 anos.** Rio de Janeiro: MEC, 2005.

CLÁUDIO Luiz da Costa. **Academia Nacional de Medicina.** Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.anm.org.br/claudio-luiz-da-costa/> Acesso em 17 abr. 2025

CONSIDERAÇÕES acêrca da conquista, catechese e civilização dos selvagens no Brasil. **Correio Mercantil e Instructivo Politico Universal**, Rio de Janeiro, anno X, n. 288, p. 1, 15 de outubro de 1853. Disponível em: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=217280&pesq=%22Cl%C3%A1udio%20luiz%20da%20costa%22&pagfis=8102> Acesso em 14 fev.2025.

CORRESPONDENCIA. **A Phenix**, São Paulo, n.87, p.4, 12 de dezembro de 1838. Disponível em: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=720798&pesq=%22Cl%C3%A1udio%20Luiz%20da%20costa%22&pagfis=329> Acesso em 14 fev.2025.

COSTA, Claudio Luiz da. **História cronológica do Imperial Instituto dos Meninos Cegos**: fundado por Sua Majestade Imperial, o Sr. D. Pedro II desde a criação do estabelecimento em 1854 até o fim do ano de 1862 pelo Diretor do mesmo Instituto. Rio de Janeiro: [s.n.], 1863. Disponível em: Acervo bibliográfico do Instituto Benjamin Constant <http://antigo.ibc.gov.br/acervo-bibliografico/obras-disponibilizadas/1226-historia-cronologica-do-imperial-instituto-dos-meninos-cegos>. Acesso em: 15 mai. 2025

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999

DRAGO, Rogério; GABRIEL, Emílio. **A pessoa com deficiência e a educação especial no Brasil nos últimos 200 anos**: sujeitos, conceitos e interpretações. Revista Educação Especial, 36(1), e43/1-24, 2023

FALCÃO, Luís Alves. **Benjamin Constant**: os princípios e as repúblicas. Leviathan - Cadernos de Pesquisa Política, São Paulo, n. 3, p.190-221, 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. **500 anos de educação no Brasil**. 5.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p.135 - 150, 2020.

FAVACHO, André Márcio Picanço; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. **Pobreza e educação**: Diálogos entre o passado e o presente, entre conformações e resistências docentes. Revista Educação e Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

FERREIRA, Paulo Felicíssimo. **Descrição dos prédios ocupados pelo Instituto Benjamin Constant**. Revista Benjamin Constant. Rio de Janeiro, 2004

FERREIRA, Paulo Felicíssimo. **Recorte histórico**: do Imperial Instituto dos Meninos Cegos ao Instituto Benjamin Constant. Rio de Janeiro, 2004.

FERREIRA, Paulo, Felicíssimo; LEMOS, Francisco, Mendes. **Instituto Benjamin Constant**: uma história centenária. Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, n.1, p.1-8, 1995

FIALHO, Sylvio Abreu. **O instituto imperial dos meninos cegos**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n.315, p. 201-231, 1977. Disponível em: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=893676&Pesq=%22Instituto%20Imperial%20dos%20Meninos%20Cegos%22&id=15710579414&pagfis=146784> Acesso em: 27 jan.2026

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira. **A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso.** Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, n.30, 2005.

GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário" In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História.** 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro.** São Paulo, Cortez, 2008.

GUADET, J. **O Instituto dos Meninos Cegos de Paris: Sua historia, e seu methodo de ensino.** Tradução de José Álvares de Azevedo. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1851. Disponível em: Acervo da Biblioteca Nacional. https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1464351/drg1464351.html#page/1/mode/1up Acesso em 14 mar.2025

HARVEY, David. **Paris, capital da modernidade.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2015

INSTITUTO dos Cegos. **A Semana Jornal litterario, scientifico e noticioso,** Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.13-14, 8 dez. 1855. Disponível em: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=739421&pasta=ano%20185&p esq=> Acesso em 14 abr.2025.

INSTITUTO dos Meninos Cegos. Discurso proferido pelo diretor, o Sr. Dr. Sigaud na occsião da inauguração do Instituto no dia 17 de setembro. **Jornal do Commercio,** Rio de Janeiro, anno XXIX, n.261, p.1, 20 de setembro de 1854. Disponível em: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04. Acesso em 14 abr.2025.

JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas: Autores Associados, 2004

LEÃO, Gabriel Bertozzi de Oliveira e Sousa. **Ensino de História para cegos: investigando práticas com uso da iconografia.** 2017. Dissertação(Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

LEÃO, Gabriel Bertozzi de Oliveira e Sousa; SOFIATO, Cássia Geciauskas. **A educação de cegos no Brasil do século XIX: revisitando a história.** Revista Brasileira de Educação Especial, 2019

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Benjamin Constant: Biografia e Explicação Histórica.** Revista Estudos Histórico, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Benjamin Constant: vida e história.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LOBO, Lília Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MACIEL, Álvaro dos Santos. **Um estudo sobre a evolução das terminologias da expressão “pessoas com deficiência”:** a proposição de uma nova nomenclatura como concretização da dignidade humana contemporânea. Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica, 2020.

MACIEL, Cristiane Vales. **De alunos a professores:** Trajetória docente no Instituto Benjamin Constant (1960 - 2015). 2016 (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas** São Paulo: Cortez, 2001.

NECROLOGIA. Claudio Luiz da Costa. **Revista Mensal da Sociedade.** Rio de Janeiro, n.7, p.1, 31 de outubro de 1872. Disponível em: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=338966&pesq=%22Cl%C3%A1udio%20luiz%20da%20costa%22&pagfis=1662> Acesso em 17 fev.2025.

NOTÍCIAS diversas. Foi nomeado director do Instituto dos meninos cegos o Sr. Dr. Claudio Luiz da Costa. **Correio Mercantil e Instructivo Politico Universal,** Rio de Janeiro, anno XIII, n.285, p.1, 16 de outubro de 1856. Disponível em: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=217280&pesq=%22Cl%C3%A1udio%20luiz%20da%20costa%22&pagfis=12464> Acesso em 14 fev.2025.

PENNA, Fernando de Araújo. **Sob o nome e a capa do Imperador:** a criação do colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo. 2008. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PRADO, Douglas Silva do. **Escolas Normais no Brasil no Período Imperial:** Criação e implementação, instalações estruturais, público e critérios de ingresso, currículos e a presença feminina. Curitiba, Editora IFPR, 2024.

RODRIGUES, Débora Almeida. **O Processo de institucionalização do Museu do Instituto Benjamin Constant:** presenças e ausências. Rio de Janeiro. 2015. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio), Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Antonio de Moraes e. Dicionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos ate' o presente. 3ed. Lisboa:Typographia de M.P. de Lacerda, 1823. Disponível em Biblioteca do Senado Federal

SILVA, João Carlos da. **Benjamin Constant e a propaganda educacional positivista**: alguns apontamentos. Educação e Fronteiras, Dourados, v.8, n.23, p. 176-191, 2018.

SILVA, Mariana Lopes Da. **Caminhos e escolhas**: trajetórias, histórias e vida dos ex-alunos do IBC que são professores do Instituto no ano de 2015. Anais III CONEDU. Campina Grande; Realize Editora, 2016

SIRINELLI, J.-F. "Os intelectuais". In: RÉMOND, R(org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro, UFRJ-FGV, 1996.

SOFIATO, Cássia Geciauskas. **Pressupostos higienistas e o Imperial Instituto dos Meninos Cegos**, Universidade de São Paulo, Revista Educação Especial, 2024.

SOUSA, Alberto. **Os Andradas**. São Paulo: Typographia Piratininga, 1922.

TELEGRAPHO. Partes dadas no dia 29. **Diário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n25, p.4, 30 de maio de 1827. Disponível em: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22Cl%c3%a1udio%20luiz%20da%20costa%22&pagfis=7734. Acesso em 14 fev.2025.

ZENI, Maurício. **O Imperial Instituto dos Meninos Cegos**: Benjamin Constant e o assistencialismo (segunda metade do século XIX). 1997. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1997

ZENI, Maurício. **Os cegos no Rio de Janeiro do segundo reinado e começo da república**. 2005. (Tese de Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005